



Concurso Público da Câmara Municipal de Jaguariaíva - PR

Advogado - Jaguariaíva

Língua Portuguesa

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 5.

Cheiro de Amor (Maria Bethânia)

De repente fico rindo à toa, sem saber por que

E vem a vontade de sonhar de novo te encontrar

Foi tudo tão de repente

Eu não consigo esquecer

E confesso, tive medo

Quase disse: Não

-

Mas o seu jeito de me olhar

A fala mansa, meio rouca

Foi me deixando quase louca

Já não podia mais pensar

Eu me dei toda para você

-

De repente fico rindo à toa, sem saber por que

E vem a vontade de sonhar de novo te encontrar

Foi tudo tão de repente

Eu não consigo esquecer

E confesso, tive medo

Quase disse: Não

-

E meio louca de prazer

Lembro teu corpo no espelho



E vem o cheiro de amor

Eu te sinto tão presente

Volte logo, meu amor

Questão 1

A partir da letra de "Cheiro de Amor", é CORRETO afirmar que o eu lírico:

- A)** relata o conflito entre o desejo de aproximação e o medo inicial, culminando na entrega afetiva e no desejo de reencontro.
- B)** descreve uma relação marcada predominantemente por desentendimentos e pela decisão de afastar-se definitivamente.
- C)** apresenta uma experiência amorosa já encerrada, sem demonstrar expectativa quanto à continuidade da relação.
- D)** demonstra arrependimento por ter se envolvido emocionalmente e manifesta intenção de evitar um novo encontro.
- E)** demonstra indiferença diante da pessoa amada, apesar das lembranças que permanecem.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 2

No trecho: "*De repente fico rindo à toa, sem saber por que*", a forma "por que", empregada separadamente e sem acento, está CORRETAMENTE utilizada pois:



- A)** funciona como substantivo e deveria ser grafada "porquê".
- B)** aparece no final de uma oração e, por isso, deveria ser grafada "porquê".
- C)** introduz uma explicação e poderia ser substituída por "porque".
- D)** inicia uma oração causal e, por isso, deve permanecer obrigatoriamente separada.

- E)** equivale à expressão "por qual razão", mantendo o valor interrogativo indireto.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 3

No trecho:

"Foi tudo tão de repente"

"Eu não consigo esquecer"

"Eu te sinto tão presente"

As palavras destacadas pertencem à classe gramatical dos verbos porque:

- A)** expressam ações, estados ou processos relacionados aos sujeitos das orações.

GABARITO PRELIMINAR

- B) caracterizam substantivos e estabelecem suas propriedades.
- C) nomeiam sentimentos e ações relacionados à experiência amorosa.
- D) substituem substantivos anteriormente mencionados no texto.
- E) estabelecem relações entre palavras e orações, indicando circunstâncias.

Questão 4

Leia os versos:

"Foi me deixando quase louca

Já não podia mais pensar

Eu me dei toda para você"

Considerando o sentido das expressões destacadas no contexto da letra, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Apenas a expressão "me dei toda para você" apresenta sentido conotativo, pois as demais descrevem estados concretos vivenciados pelo eu lírico.

- B) As expressões apresentam sentido conotativo, pois indicam, respectivamente, forte envolvimento emocional, intensa perturbação provocada pela paixão e entrega afetiva à pessoa amada.

GABARITO PRELIM



- C) As três expressões apresentam sentido denotativo, embora sejam utilizadas em uma composição de temática amorosa.
- D) As expressões apresentam sentido predominantemente denotativo, pois indicam, respectivamente, um transtorno mental, a incapacidade física de pensar e uma entrega material.
- E) Apenas a expressão "quase louca" apresenta sentido conotativo; "já não podia mais pensar" e "me dei toda para você" foram empregadas em sentido literal.

Questão 5

Considere o verso:

"Lembro teu corpo no espelho."

A respeito da estrutura sintática do verso, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O sujeito é oculto, correspondente a "eu", e o termo "teu corpo" exerce a função de objeto direto.

GABARITO PRELIMINAR

- B) O termo "Lembro" exerce a função de sujeito, pois indica a pessoa responsável pela ação expressa na oração.
- C) O sujeito é indeterminado, pois não é possível identificar quem realiza a ação expressa pelo verbo "lembro".

- D) O termo "no espelho" exerce a função de objeto direto, pois completa o sentido do verbo "lembrar".
- E) O termo "teu corpo" exerce a função de sujeito, pois é o elemento mencionado diretamente pelo verbo "lembro".

Informática

Questão 6

No que se refere à inicialização de um computador, o firmware responsável por realizar o autoteste de inicialização (POST) e localizar o sistema operacional para carregá-lo na memória pode ser, atualmente, do tipo BIOS ou UEFI. Assinale a alternativa que apresenta **CORRETAMENTE** uma vantagem do UEFI em relação à BIOS tradicional.

- A) O UEFI não é capaz de reconhecer discos com capacidade de armazenamento superior a 2 TB, ao contrário da BIOS.
- B) O UEFI é um componente de hardware que substitui fisicamente o processador do computador.

- C) O UEFI oferece interface gráfica, suporte a mouse e inicialização mais rápida, além de suportar discos com capacidade superior a 2 TB por meio da tabela de partição GPT.

GABARITO PRELIMINAR

- D) A BIOS e o UEFI são termos sinônimos que designam exatamente o mesmo tipo de firmware, sem qualquer diferença técnica.
- E) A BIOS é obrigatória para o funcionamento de qualquer computador fabricado após 2015, tendo o UEFI sido descontinuado.

Questão 7

Um analista de TI precisa explicar a diferença entre dois tipos de malware para os demais servidores: um deles criptografa os arquivos da vítima e exige pagamento de resgate para restaurar o acesso; o outro se instala de forma discreta no dispositivo com o objetivo de monitorar e coletar informações do usuário sem o seu conhecimento, como senhas digitadas. Esses dois tipos de malware são denominados, respectivamente:

- A) Adware e Firewall.
- B) Phishing e Antivírus.
- C) Backdoor e Cookie.

- D) Ransomware e Spyware.

GABARITO PRELIMINAR

- E) Worm e Trojan.

Questão 8

Em uma planilha do Excel 2016 utilizada pelo setor de Recursos Humanos, a coluna A contém a matrícula dos servidores e a coluna B contém seus respectivos nomes, em uma tabela que ocupa o intervalo A2:B50. Um servidor deseja que, ao digitar uma matrícula na célula D2, o nome correspondente seja localizado automaticamente na tabela e exibido na célula E2. Qual fórmula, inserida na célula E2, realiza **CORRETAMENTE** essa busca?

- A) =PROCV(D2;A2:B50;2;FALSO)

GABARITO PRELIMINAR

- B) =SE(D2=A2;B2;"Não encontrado")
- C) =SOMA(A2:B50;D2)
- D) =CONT.SE(A2:A50;D2)
- E) =MÉDIA(A2:B50)

Questão 9

Ao configurar uma conta de e-mail institucional (Webmail Zimbra) em um aplicativo de e-mail no computador ou no celular, um servidor pode optar entre os protocolos IMAP e POP3 para o recebimento das mensagens. Assinale a alternativa que **CORRETAMENTE** diferencia esses dois protocolos.

- A) O POP3 é um protocolo de segurança utilizado para criptografar anexos de e-mail, sem relação com o recebimento de mensagens.
- B) O IMAP e o POP3 são nomes alternativos para o mesmo protocolo, sem diferenças técnicas entre si.
- C) O IMAP e o POP3 são protocolos utilizados exclusivamente para o envio de mensagens, nunca para o recebimento.

D) O IMAP mantém as mensagens sincronizadas no servidor, permitindo acesso ao mesmo e-mail por múltiplos dispositivos, enquanto o POP3 tradicionalmente baixa as mensagens para um único dispositivo, podendo removê-las do servidor.

GABARITO PRELIMINAR

- E) O POP3 sincroniza as mensagens entre o servidor e todos os dispositivos do usuário, mantendo c



Questão 10

Ferramentas de inteligência artificial generativa de texto, como ChatGPT, Copilot e Gemini, são baseadas em modelos de linguagem treinados com grandes volumes de dados textuais, sendo capazes de gerar respostas coerentes a partir de comandos (prompts) fornecidos pelo usuário. Sobre as limitações inerentes a esse tipo de ferramenta, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Essas ferramentas substituem integralmente a necessidade de revisão humana em documentos oficiais, por serem sempre 100% precisas.
- B) Essas ferramentas nunca produzem informações incorretas, uma vez que consultam diretamente fontes oficiais em tempo real antes de responder.

C) Essas ferramentas podem gerar respostas incorretas ou inventadas, apresentadas de forma coerente e convincente, fenômeno conhecido como "alucinação", sendo recomendável a verificação humana das informações produzidas.

GABARITO PRELIMINAR

- D) Essas ferramentas são incapazes de gerar textos em língua portuguesa, funcionando apenas em inglês.
- E) Essas ferramentas funcionam exclusivamente offline, sem depender de infraestrutura de processamento externa.

Legislação

Questão 11

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I.A dignidade da pessoa humana.

II.A gestão democrática do ensino público.

III.Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

IV.Prevalência dos direitos humanos.

Está CORRETO o que se afirma em:

A) II, III e IV, apenas.

B) I e IV, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

C) II e III, apenas.

D) I, II e III, apenas.

E) II e IV, apenas.

Questão 12

A respeito dos direitos e garantias fundamentais expressos na Carta Magna, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.



() Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de determinação policial.

() É livre a manifestação do pensamento, sendo preconizado o anonimato.

() É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

() É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

A) F, F, V, V.

GABARITO PRELIMINAR

B) V, F, F, V.

C) F, V, F, V.

D) V, F, V, V.

E) F, F, F, V.

Questão 13

Quanto aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

A)

É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, desde que concedida uma licença especial para tal finalidade.

GABARITO PRELIMINAR

- B)** São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- C)** Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- D)** É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- E)** Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

Questão 14

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I.A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação de servidor público.

II.Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

III.São a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder; b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

IV.A lei delegada poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A)** II e IV, apenas.
- B)** II, III e IV, apenas.
- C)** I e III, apenas.

D)

II e III, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

- E)** I, II e III, apenas.

Questão 15

Acerca dos direitos e garantias fundamentais segundo a Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A lei prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
- B) Haverá juízo ou tribunal de exceção.
- C) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.

D)

Conceder-se-á "habeas-data": I) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público; I) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

GABARITO PRELIMINAR

- E) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de liberdade assistida, nos termos da lei.

Questão 16

À luz do regramento trazido pela Carta Magna quanto aos direitos e garantias fundamentais, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

() As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

() É assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

() Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar de dois salários mínimos, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal orçamentária.



() A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I - plebiscito; II - referendo; III - iniciativa popular; IV - insurreição; V - levante.

- A) V, F, V, F.
- B) F, V, F, V.
- C) F, F, V, V.

D)

V, V, F, F.

GABARITO PRELIMINAR

- E) F, F, V, F.

Questão 17

Com base na Organização do Estado preconizada pela Constituição Federal, considere as assertivas a seguir.

I. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, autocraticamente organizados, nos termos desta Constituição.

II.A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

III.É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

IV.É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: recusar fé aos documentos públicos.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

A) III e IV, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

B) II e III, apenas.

C) II, III e IV, apenas.

D) I e II, apenas.

E) I, III e IV, apenas.

Questão 18

A respeito da Organização do Estado e os ditames constitucionais, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência **CORRETA**.

() O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de trinta dias, e aprovada por dois quintos dos membros da Câmara Municipal.

() Para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de 13 (treze) Vereadores, nos Municípios com mais de 30.000 (trinta mil) habitantes e de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

() Compete aos Municípios: legislar sobre assuntos de interesse local.

() As contas dos Municípios ficarão, durante cento e vinte dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

A) V, V, F, F.

B) F, V, F, V.

C) V, F, V, F.

D) F, V, V, F.

GABARITO PRELIMINAR

E) F, F, V, V.

Questão 19

Quanto à organização dos poderes promovida pela Constituição Federal, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- B) A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado, quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República ou o Presidente do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.

C)

Cada Estado e o Distrito Federal elegerão dois Senadores, com mandato de oito anos.

GABARITO PRELIMINAR

- D) É da competência exclusiva do Congresso Nacional: autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias.
- E) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

Questão 20

À luz da Carta Magna quanto à organização dos poderes, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A proposta de emenda à Constituição será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, um quinto dos votos dos respectivos membros.
- B) Compete privativamente ao Senado Federal: autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- C) Compete privativamente à Câmara dos Deputados: processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.

D)

Não será objeto de deliberação a proposta de emenda à Constituição tendente a abolir: I - a forma federativa de Estado; II - o voto direto, secreto, universal e periódico; III - a separação dos Poderes; IV - os direitos e garantias individuais.

GABARITO PRELIMINAR

- E) A matéria constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Questão 21

Com base na Constituição Federal, considere as assertivas a seguir.

I.Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

II.As medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado Federal.

III.O Presidente da República poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

IV.A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria simples dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

Está CORRETO o que se afirma em:

A) I e III, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

B) II e IV, apenas.

C) II e III, apenas.

D) I, II e III, apenas.

E) II, III e IV, apenas.

Questão 22

No que tange ao regramento trazido pela Lei de Improbidade Administrativa, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

() O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

() Os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

() Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará a Presidente da Câmara Municipal, para as providências necessárias.



() Na responsabilização da pessoa jurídica, deverão ser considerados os efeitos econômicos e sociais das sanções, de modo a inviabilizar a manutenção de suas atividades.

A) V, V, F, F.

GABARITO PRELIMINAR

B) F, V, F, V.

C) F, V, V, F.

D) V, F, F, V.

E) V, F, V, F.

Questão 23

Segundo a Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa INCORRETA.

A) Se ocorrer lesão ao patrimônio público, a reparação do dano a que se refere esta Lei deverá deduzir o ressarcimento ocorrido nas instâncias criminal, civil e administrativa que tiver por objeto os mesmos fatos.

B) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

C)

A comissão processante dará conhecimento ao Presidente da Câmara Municipal da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.

GABARITO PRELIMINAR

- D)** A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.
- E)** Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.

Questão 24

Com base na Lei nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

() Para os efeitos desta Lei, considera-se informação pessoal: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

() Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.

() O direito de acesso aos documentos ou às informações neles contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado com a edição do ato decisório respectivo.

() O serviço de busca e de fornecimento de informação é remunerado sob o princípio da modicidade tarifária.



A) F, F, V, V.

B) V, F, F, V.

C)

F, V, V, F.

GABARITO PRELIMINAR

D) F, V, F, V.

E) V, F, V, F.

Questão 25

Segundo a Lei de Acesso à Informação, assinale a alternativa CORRETA.

A)

É direito do requerente obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia.

GABARITO PRELIMINAR

B) Para os efeitos desta Lei, considera-se documento: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

C) Poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

- D)** No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 30 (trinta) dias a contar da sua ciência.
- E)** Para os efeitos desta Lei, considera-se disponibilidade: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação.

Questão 26

Sob a égide da Lei de Acesso à Informação, considere as assertivas a seguir.

I. Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a: a) gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação; b) proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e c) proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.

II. Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecida a consulta de cópia, independente dela conferir ou não com o original.

III. Informado do extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer à autoridade competente a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação.

IV. O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- A)** I, II e III, apenas.
- B)** II e IV, apenas.
- C)** II, III e IV, apenas.

D) I, III e IV, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

- E)** II e III, apenas.

Questão 27

Segundo a Lei nº8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a alternativa **CORRETA**.

- A)** Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e cinco anos de idade.
- B)** É facultativa a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias
- C)** Esta Lei dispõe sobre a doutrina da proteção irregular.

D) É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação,



à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

GABARITO PRELIMINAR

- E) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até dez anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre dez e dezoito anos de idade.

Questão 28

Sob o regramento estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considere as assertivas a seguir.

I.A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

II.O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: a) ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; b) opinião e expressão; c) crença e culto religioso; d) brincar, praticar esportes e divertir-se; e) participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; f) participar da vida política, na forma da lei; g) buscar refúgio, auxílio e orientação.

III.A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, exceto aos pais e aos servidores públicos.

IV.Os pais ou responsável têm a opção de matricular ou não seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) I, II e III, apenas.
B) II e IV, apenas.



- C) I e II, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

- D) III e IV, apenas.
E) II, III e IV, apenas.

Questão 29

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a alternativa INCORRETA.

- A) É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

- B) As instituições sociais públicas ou privadas que desenvolvam atividades com crianças e adolescentes e que recebam recursos públicos deverão exigir e manter certidões de antecedentes criminais de todos os seus colaboradores, as quais deverão ser atualizadas a cada 18 (dezoito) meses.

GABARITO PRELIMINAR

- C) O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros: I - respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento; II - capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

- D) É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.
- E) Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

Questão 30

Assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE a lacuna a seguir, extraída da Lei nº 4.657/1942, Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).

"Art. 28. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou _____."

- A) insubordinação administrativa.
- B) erro obscuro.
- C) obscuridade legislativa.
- D) insubordinação hierárquica.

E) erro grosseiro.

GABARITO PRELIMINAR**Conhecimentos Específicos****Questão 31**

Sobre as funções e a fiscalização exercidas pela Câmara Municipal, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.



() A Câmara Municipal exerce funções legislativas, de fiscalização financeira e orçamentária, de controle e assessoramento dos atos do Executivo, além de possuir competência para organizar e dirigir seus serviços internos.

() A função de fiscalização e controle exercida pela Câmara possui caráter político-administrativo e alcança o Prefeito, os Diretores de Departamento e os Vereadores.

() A função de fiscalização e controle da Câmara Municipal possui caráter exclusivamente financeiro e orçamentário, não abrangendo aspectos político-administrativos.

() A competência da Câmara para organizar e dirigir seus serviços internos integra suas atribuições institucionais.

A) F, F, V, V.

B) V, V, F, V.

GABARITO PRELIMINAR

C) F, V, F, V.

D) V, V, V, F.

E) V, F, V, V.

Questão 32

Durante uma sessão da Câmara Municipal, determinada matéria foi submetida à votação e, de acordo com o Regimento Interno, sua aprovação exigia o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara. Considerando a disciplina regimental sobre o direito de voto do Presidente da Câmara e de seu substituto, assinale a alternativa CORRETA.

- A)** O Presidente da Câmara ou seu substituto terá direito a voto, pois a matéria exige, para sua deliberação, o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- B)** O Presidente da Câmara ou seu substituto poderá votar nessa situação, ainda que não exista previsão regimental para seu voto ordinário.
- C)** O Presidente da Câmara não poderá votar, pois seu voto é restrito às situações de empate em qualquer votação.
- D)** O Presidente da Câmara ou seu substituto somente poderá votar quando a matéria exigir aprovação por dois terços dos membros da Câmara, não se aplicando essa prerrogativa às matérias sujeitas à maioria absoluta.
- E)** O Presidente da Câmara somente poderá votar se a votação for nominal, pois seu voto em matéria sujeita à maioria absoluta depende dessa modalidade de votação.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 33

Considerando os fundamentos da República Federativa do Brasil estabelecidos pela Constituição Federal, analise as assertivas a seguir.

I. A soberania constitui fundamento da República Federativa do Brasil.

II. A cidadania e a dignidade da pessoa humana estão entre os fundamentos da República Federativa do Brasil.

III. Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa constituem fundamentos da República Federativa do Brasil.

IV. O pluralismo político integra os fundamentos da República Federativa do Brasil.

V. A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e é formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A)** I, II, III e IV, apenas.
- B)** I, II e III, apenas.

C) I, II, III, IV e V.

- D)** II, III, IV e V, apenas.
- E)** I, II, IV e V, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 34



A Constituição Federal estabelece objetivos fundamentais a serem perseguidos pela República Federativa do Brasil. Considerando o disposto no art. 3º, analise as assertivas a seguir.

I. Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre, justa e solidária.

II. Garantir o desenvolvimento nacional constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.

III. Erradicar a pobreza e a marginalização, bem como reduzir as desigualdades sociais e regionais, constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.

IV. Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) II, III e IV, apenas.
- B) I, III e IV, apenas.

C) I, II, III e IV.

GABARITO PRELIMINAR

- D) I, II e III, apenas.
- E) I e II, apenas.



Questão 35

De acordo com a Lei Orgânica Municipal, o Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, cuja composição e possibilidade de alteração do número de Vereadores são disciplinadas pelo art. 15. Considerando esse dispositivo, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A Câmara Municipal é composta por 13 Vereadores, sendo que eventual alteração desse número produzirá efeitos na legislatura seguinte, desde que realizada até um ano antes das eleições municipais.

GABARITO PRELIMINAR

- B) O número de Vereadores poderá ser alterado a qualquer tempo, desde que a alteração seja aprovada por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
- C) O Poder Legislativo Municipal é exercido pela Câmara Municipal, composta por 13 Vereadores, podendo esse número ser alterado durante a própria legislatura, desde que aprovado pela Câmara.
- D) O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta por 13 Vereadores, e o número de Vereadores somente poderá ser alterado no ano das eleições municipais.
- E) A Câmara Municipal é composta por 13 Vereadores, e eventual alteração do número de Vereadores somente poderá ocorrer após a realização das eleições municipais.

Questão 36

Considerando as disposições da Lei Orgânica Municipal acerca do processo de emenda à própria Lei Orgânica, analise as assertivas a seguir.

I. A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta de, no mínimo, dois terços dos membros da Câmara Municipal ou do Prefeito Municipal.

II. A proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal deverá ser votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias entre as votações.

III. Para que seja aprovada, a proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal deverá obter, em ambos os turnos, dois terços dos votos dos membros da Câmara Municipal.

IV. A emenda à Lei Orgânica Municipal será promulgada pela Mesa da Câmara, com o respectivo número de ordem.

V. A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada durante a vigência de estado de sítio ou de intervenção no Município, desde que a proposta obtenha dois terços dos votos dos membros da Câmara Municipal.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A)** I, II, III e IV, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

- B)** I, II, III, IV e V.
C) I, II e III, apenas.
D) II, III, IV e V, apenas.
E) I, III e IV, apenas.



Questão 37

A respeito da representação destinada à apuração de ato de improbidade administrativa, conforme a Lei nº 8.429/1992, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

() Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

() A representação deverá ser escrita ou reduzida a termo e assinada, contendo a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento.

() A autoridade administrativa poderá rejeitar a representação que não contenha as formalidades legais, mediante despacho fundamentado, e essa rejeição impede que o representante formule representação ao Ministério Público.

() Atendidos os requisitos da representação, a autoridade determinará a imediata apuração dos fatos, observada a legislação que regula o processo administrativo disciplinar aplicável ao agente.

- A)** V, F, V, V.
B) F, V, F, V.

C)

V, V, F, V.

GABARITO PRELIMINAR

D) F, F, V, V.

E) V, V, V, F.

Questão 38

Durante a análise de uma questão jurídica relacionada às atividades administrativas da Câmara Municipal, o Advogado responsável precisa interpretar e aplicar determinada norma a uma situação concreta. Ao elaborar sua manifestação, deve observar o critério estabelecido pela Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro para orientar a aplicação da legislação. Considerando o disposto na LINDB, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A aplicação da lei deve considerar sua finalidade econômica, independentemente dos fins sociais que justificaram sua edição.
- B) A aplicação da lei deve considerar o sentido literal de suas disposições, sem levar em conta sua finalidade social.
- C) A aplicação da lei deve observar os interesses da Administração Pública, ainda que incompatíveis com as exigências do bem comum.

D)

A aplicação da lei deve atender aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.

GABARITO PRELIMINAR

- E) A aplicação da lei deve atender aos fins sociais da norma somente quando houver ausência de disposição legal específica.

**Questão 39**

Durante a análise de um negócio jurídico celebrado no âmbito das relações patrimoniais, o Advogado da Câmara Municipal verifica que, no momento de sua celebração, o objeto previsto no negócio não poderia ser imediatamente realizado. Ao examinar a validade do negócio, deverá considerar a disciplina estabelecida pelo Código Civil acerca da impossibilidade inicial do objeto. Nesse contexto, assinale a alternativa CORRETA.

A)

A impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico quando for relativa ou quando cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.

GABARITO PRELIMINAR

- B) A impossibilidade inicial do objeto somente deixa de invalidar o negócio jurídico quando for absoluta e cessar após o cumprimento da condição.
- C) A impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico quando estiver subordinado a uma condição, ainda que a impossibilidade cesse antes de seu implemento.
- D) A impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico em qualquer circunstância.
- E) A impossibilidade inicial do objeto não produz qualquer efeito sobre a validade do negócio jurídico, independentemente de sua natureza ou de eventual condição.

Questão 40

No exercício de suas atribuições, o Advogado da Câmara Municipal analisa a conduta de determinado agente que, embora seja titular de um direito juridicamente reconhecido, o exerce de maneira incompatível com os limites estabelecidos pelo ordenamento jurídico. Considerando a disciplina do Código Civil sobre o abuso de direito, analise as assertivas a seguir.

I. O titular de um direito pode cometer ato ilícito quando, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social.

II. O exercício de um direito poderá caracterizar ato ilícito quando exceder manifestamente os limites impostos pela boa-fé ou pelos bons costumes.

III. A existência de um direito reconhecido pelo ordenamento jurídico impede a caracterização de ato ilícito em razão da forma como esse direito é exercido.

IV. Para a caracterização do ato ilícito previsto no art. 187 do Código Civil, o excesso no exercício do direito deve ser manifesto em relação aos limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) I, III e IV, apenas.
- B) I, II, III e IV.
- C) II, III e IV, apenas.

D)
I, II e IV, apenas.

E) I e II, apenas.



GABARITO PRELIMINAR

Questão 41

Durante a análise de uma situação envolvendo a responsabilidade civil, o Advogado da Câmara Municipal verifica que determinada conduta resultou em dano a terceiro, mas foi praticada em circunstâncias que podem afastar sua caracterização como ato ilícito. Considerando as hipóteses previstas no Código Civil, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

() Não constitui ato ilícito a conduta praticada em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido.

() A deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, praticada para remover perigo iminente, não constitui ato ilícito quando as circunstâncias a tornarem absolutamente necessária e não houver excesso além dos limites do indispensável para a remoção do perigo.

() A deterioração ou destruição de coisa alheia para remover perigo iminente será legítima mesmo quando praticada em medida superior à necessária para afastar o perigo.

() O exercício regular de um direito reconhecido constitui hipótese prevista pelo Código Civil entre as condutas que não constituem atos ilícitos.

A) V, F, V, V.

B) V, V, V, F.

C) F, F, V, V.

D) F, V, F, V.

E) V, V, F, V.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 42

Durante a análise de um processo judicial, o Advogado da Câmara Municipal verifica que determinada pretensão está sujeita a prazo de decadência estabelecido diretamente pela lei. Considerando as disposições do Código Civil acerca da decadência legal e convencional, analise as assertivas a seguir.

I. É nula a renúncia à decadência fixada em lei.

II. O juiz deve conhecer, de ofício, da decadência quando ela for estabelecida por lei.

III. A decadência estabelecida em negócio jurídico pode ser reconhecida de ofício pelo juiz, ainda que a parte beneficiada não a alegue.

IV. A decadência convencional somente pode ser alegada pela parte a quem aproveita, não podendo o juiz suprir, de ofício, a alegação.

Está CORRETO o que se afirma em

A) II e III, apenas.

B) I, II e IV, apenas.

C) I, III e IV, apenas.

D) I e II, apenas.

E) I, II, III e IV.

Questão 43

Em uma ação judicial na qual a Câmara Municipal figura como parte, o Advogado responsável acompanha a atuação processual e verifica que ambas as partes devem dispor de condições equilibradas para o exercício de seus direitos e faculdades processuais. Considerando os deveres atribuídos ao juiz pelo Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA.

A)

A paridade de tratamento entre as partes aplica-se aos direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, cabendo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório.

GABARITO PRELIMINAR

- B)** A paridade de tratamento autoriza o juiz a estabelecer vantagens processuais para uma das partes quando considerar que isso favorece a duração razoável do processo.
- C)** O dever de zelar pelo contraditório compete exclusivamente às partes, cabendo ao juiz apenas aplicar as sanções processuais previstas em lei.
- D)** A paridade de tratamento impede a aplicação de sanções processuais distintas às partes, ainda que as condutas praticadas sejam diferentes.
- E)** O juiz deve assegurar tratamento idêntico às partes apenas quanto aos meios de defesa, não abrangendo os ônus e deveres processuais.

Questão 44

A Câmara Municipal foi citada em uma execução e, ao analisar a defesa cabível, o Advogado verifica que o executado pretende opor embargos à execução para discutir questões relacionadas ao título e ao próprio procedimento executivo. Considerando as matérias que podem ser alegadas pelo executado nos embargos à execução, nos termos do Código de Processo Civil, analise as assertivas a seguir.

I. O executado poderá alegar a inexecutabilidade do título ou a inexigibilidade da obrigação.

II. O executado poderá alegar penhora incorreta ou avaliação errônea.

III. O executado poderá alegar excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.

IV. O executado poderá alegar retenção por benfeitorias necessárias ou úteis, nos casos de execução para entrega de coisa certa.

V. O executado poderá alegar incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução, bem como qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa em processo de conhecimento.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A)** II, III e IV, apenas.
- B)** I, II e III, apenas.
- C)** I, III, IV e V, apenas.

D)

I, II, III, IV e V.

GABARITO PRELIMINAR

E) I, II, IV e V, apenas.

Questão 45

Em determinada execução fiscal, o executado pretende apresentar embargos à execução por carta. O Advogado da Câmara Municipal, ao analisar a competência para o processamento e julgamento dos embargos, deverá observar as regras estabelecidas pela Lei de Execução Fiscal. Nesse contexto, assinale a alternativa CORRETA.

A) Os embargos deverão ser oferecidos no Juízo deprecado, que será sempre competente para sua instrução e julgamento, independentemente da matéria alegada.

B) Os embargos deverão ser oferecidos no Juízo deprecado, que os remeterá ao Juízo deprecante para instrução e julgamento.

GABARITO PRELIMINAR

C) Os embargos deverão ser oferecidos no Juízo deprecante, cabendo ao Juízo deprecado exclusivamente o julgamento de vícios ou irregularidades de seus próprios atos.

D) Os embargos poderão ser oferecidos indistintamente perante o Juízo deprecante ou deprecado, cabendo ao executado escolher aquele que considerar mais conveniente.

E) Os embargos deverão ser oferecidos diretamente no Juízo deprecante, que será responsável por sua instrução e julgamento.

Questão 46

Durante a análise de um projeto de parcelamento do solo urbano, o Advogado da Câmara Municipal verifica que o imóvel indicado para o empreendimento apresenta determinadas características físicas e ambientais que podem impedir o parcelamento. Considerando as hipóteses previstas na Lei nº 6.766/1979, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

() É vedado o parcelamento do solo em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações antes de serem tomadas providências para assegurar o escoamento das águas.

() É permitido o parcelamento do solo em terrenos aterrados com material nocivo à saúde pública, desde que sejam previamente saneados.

() O parcelamento do solo em terrenos com declividade igual ou superior a 30% é vedado, ressalvada a hipótese de atendimento às exigências específicas das autoridades competentes.

() É permitido o parcelamento do solo em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação, desde que sejam observadas exigências específicas das autoridades competentes.

() É vedado o parcelamento do solo em áreas de preservação ecológica ou em áreas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até que ocorra a correção da situação.

A) V, V, V, F, V.

GABARITO PRELIMINAR

B) F, V, V, F, V.

C) V, F, V, F, V.

D) V, V, F, V, F.

E) F, F, V, V, F.

Questão 47

Durante a análise de um procedimento relacionado ao cumprimento da função social da propriedade urbana, o Advogado da Câmara Municipal verifica que o proprietário de determinado imóvel não cumpriu as condições e os prazos estabelecidos pelo Município para parcelar, edificar ou utilizar o imóvel. Considerando as disposições do Estatuto da Cidade acerca do IPTU progressivo no tempo, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

() Em caso de descumprimento das condições e dos prazos previstos na forma do caput do art. 5º do Estatuto da Cidade, o Município poderá aplicar o IPTU progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos.

() A alíquota do IPTU progressivo poderá ser fixada de modo que seu valor anual seja superior ao dobro da alíquota aplicada no ano anterior, desde que não ultrapasse o limite máximo de quinze por cento.

() Caso a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar não seja atendida em cinco anos, o Município manterá a cobrança pela alíquota máxima até que a obrigação seja cumprida.

() É vedada a concessão de isenções ou de anistia relativas à tributação progressiva prevista no art. 7º do Estatuto da Cidade.

A) F, F, V, V.

GABARITO PRELIM



B) V, V, F, V.

C) F, V, V, F.

D) V, F, V, V.

E) V, F, F, V.

Questão 48

Durante a análise da execução orçamentária do Município, o Advogado da Câmara Municipal identifica que determinado agente público dolosamente destinou verba pública à realização de uma finalidade diferente daquela expressamente estabelecida em lei, embora os recursos tenham permanecido vinculados à Administração Pública. Considerando a disciplina do Código Penal sobre o emprego irregular de verbas ou rendas públicas, assinale a alternativa CORRETA.

A) A conduta constitui crime somente quando houver apropriação dos recursos públicos pelo agente responsável.

B) A conduta caracteriza o crime de peculato, independentemente da finalidade atribuída aos recursos públicos.

C) A conduta caracteriza o crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas, cuja pena é de detenção, de um a três meses, ou multa.

GABARITO PRELIMINAR

D) A conduta caracteriza o crime de prevaricação, cuja configuração independe da destinação dada às verbas públicas.

- E) A conduta é atípica, pois a utilização de verba pública para finalidade diversa da prevista em lei somente possui relevância administrativa.

Questão 49

Durante a análise dos sistemas informatizados utilizados pela Administração Pública municipal, o Advogado da Câmara Municipal identifica que um funcionário dolosamente modificou determinado sistema de informações sem autorização ou solicitação da autoridade competente. Considerando as disposições do Código Penal, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A conduta caracteriza o crime de modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações, punido com detenção de três meses a dois anos e multa. **GABARITO PRELIMINAR**
- B) A modificação não autorizada de sistema de informações constitui crime apenas quando praticada por particular, não se aplicando aos funcionários públicos.
- C) A conduta caracteriza o crime de inserção de dados falsos em sistema de informações, independentemente da existência de autorização da autoridade competente.
- D) A conduta é atípica, pois a modificação de sistema de informações somente constitui crime quando houver apropriação ou desvio de dados públicos.
- E) A conduta constitui crime somente se resultar prejuízo financeiro à Administração Pública.

Questão 50

Durante a análise da conduta de um servidor público, o Advogado da Câmara Municipal verifica que um superior hierárquico tomou conhecimento de que um subordinado havia cometido uma infração no exercício do cargo. Apesar de ter competência para responsabilizá-lo, o superior, por indulgência, deixou de adotar qualquer providência. Considerando o Código Penal, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A conduta configura condescendência criminosa, pois o funcionário deixou, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo. **GABARITO PRELIMINAR**
- B) A conduta configura corrupção passiva, ainda que não tenha havido solicitação ou recebimento de vantagem indevida.
- C) A conduta configura abandono de função, pois o superior deixou de exercer sua competência disciplinar.
- D) A conduta configura prevaricação, pois o superior deixou de praticar ato de ofício.
- E) A conduta não configura crime, pois a omissão de responsabilização de subordinado constitui exclusivamente infração administrativa.